



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 junho de 2022**

SUMÁRIO**NOTAS EXPLICATIVAS**

NOTA 1 – Contexto Operacional	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	4
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	5
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	8
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	9
NOTA 8 – Imobilizado	10
NOTA 9 – Intangível	11
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial	12
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar	12
NOTA 12 – Demais Obrigações	12
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo	14
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	14
NOTA 15 – Receita Líquida	15
NOTA 16 – Despesas Administrativas	16
NOTA 17 – Outras Despesas	16
NOTA 18 – Outras Receitas	16
NOTA 19 – Despesas/Receitas Financeiras	17
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	17
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	18
NOTA 22 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC	18
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA	18
NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde	18
NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada	18
NOTA 26 – Informes Complementares	19

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2º TRIMESTRE DE 2022

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, criada pela Lei nº 6.088/1974 e suas alterações, é ainda regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Financeira e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;

- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência;
- j) As Perdas Estimadas de Valores a Receber são calculadas considerando a Tarifa D'água-K1 e a Titulação de Terras;
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear;
- l) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional, e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	42.207.696,92	40.350.733,95
Demais Bancos	0,16	62.679,76
Fundo de Aplicação Financeira	51.333.349,47	51.333.349,47
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	101.579.533,28	89.097.400,80
Total	195.120.579,83	180.844.163,98

- a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados – são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.
- b) Demais Bancos trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF. A redução dos valores se deu na conta da Caixa Econômica Federal através de bloqueio por ordem judicial e ofício da Secretaria Nacional do Tesouro – STN para devolução do valor à Conta Única do Tesouro Nacional (CTU).
- c) Fundo de Aplicação Financeira apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF e por força da exigência de legislação específica para atuação mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A abertura de conta corrente no Banco Bradesco, excepcionalmente autorizada pela STN, deve-se ao fato de a Codevasf aderir ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Essa é uma condição obrigatória aos participantes desse mercado.

Em função da sistemática de créditos efetuados pela CCEE em favor da Codevasf, a conta bancária de investimentos mantida no Bradesco possui, na data de 30/06/2022, o saldo de R\$ 179.123.740,73. Desse montante, R\$ 49.948.528,07 foi contabilizado como Fundo de Aplicação Financeira. A diferença é controlada por meio de conciliação bancária.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN encaminhou Ofício nº 120009/2022/ME de 25/04/2022 determinando o encerramento da conta corrente com a maior brevidade possível. A Codevasf respondeu o referido ofício em 03/06/2022 ressaltando a importância da garantia de recursos considerando as exigências contratuais para os agentes operadores da CCEE e solicitando manter, por 3 meses, parte dos recursos aportados na conta departamental – a ser aberta conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A Contabilidade da Codevasf, por sua vez, enviou ao Ministério do Desenvolvimento Regional em maio/2022, solicitação para orientação quanto aos registros contábeis dos valores pendentes. Fomos informados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN que a regularização ocorrerá no momento da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional (CTU) por meio da GRU.

O assunto segue sendo acompanhado pela Presidência da Codevasf juntamente com a área administrativa – Gerências de Finanças e de Contabilidade e área técnica – Gerência de Operação do Projeto de Integração do São Francisco - PISF.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Faturas/Duplicatas a receber	80.573.505,87	77.371.410,71
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(16.630.221,52)	(14.861.757,96)
Total	63.943.284,35	62.509.652,75

a) Faturas a receber: O faturamento dos títulos a receber decorrentes da Tarifa D'água K1, tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 895/2021.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo: Faturas - Tabela 2

Descrição	30-jun-22
(-) Recebimentos	-4.568.881,44
(+) Faturamento Tarifa D'Água	6.707.154,72
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	1.063.821,88
(=) Líquido	3.202.095,16

b) Ajuste para Perdas Estimadas: A metodologia de apuração de perdas estimadas ocorreu com base no Pronunciamento CPC 48. Contempla, com base no relatório de inadimplência, os títulos em atraso nos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas e físicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 101.150.887,34. O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Décimo Terceiro Salário	54.289,91	0,00
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipados	1.520.826,11	1.807.181,59
Adiantamento Concedido	84.195,68	0,00
Total	1.655.227,25	1.807.181,59

a) Salários e ordenados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos empregados detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Suprimento de Fundos).

5.2 Tributos a Recuperar/Compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no período.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
IRRF a compensar	3.699.206,96	4.205.914,86
COFINS a Recuperar/Compensar	0,00	4.530,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	233,34	981,78
IR E CSLL a Recuperar/Compensar	235,35	7.624,61
Total	3.699.675,65	4.219.051,61

5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	414.797,11	385.370,20
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	9.828.797,10	9.365.465,16
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	140.311,97	45.530,78
Créditos a Receber por Reembolso Salário Maternidade	52.540,63	0,00
Títulos a receber	83.581.973,41	79.905.708,28
<i>Titulação de Terras</i>	82.298.261,16	78.590.072,41
<i>Outros Valores a Receber</i>	1.283.712,25	1.315.635,87
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	-12.586.863,79	-12.152.842,01
Devedores por Transferências Voluntárias	282.203,88	821.010,99
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	13.334.315,57	21.582.210,59
Remuneração da Conta Única a Receber	116.033,95	107.155,93
Valores a Rec. por Devolução Desp. Estornadas	16.955,02	0,00
Total	95.181.064,85	100.059.609,92

a) Títulos a receber: Compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e Outros Valores a Receber tais como multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos.

Tabela 5.1 – Movimentação Títulos a Receber, da tabela 5

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Saldo	79.905.708,28	77.738.302,82
(+) Reclassificação LP p/ CP	3.489.648,02	2.314.515,45
(-) Recebimentos	-493.420,60	-6.204.931,34
(+) Faturamento Titulação	734.198,47	6.066.095,85
(-) Baixa por Renegociação/Liquidação	-87.346,35	0,00
(+/-) Notas de Débitos	33.185,59	-8.274,50
(=) líquido	83.581.973,41	79.905.708,28

b) Devedores por Transferências Voluntárias – Diversas entidades: Valores a receber apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE decorrentes de transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos). Os valores apurados em favor da Codevasf são pagos de forma parcelada, conforme previsto nos Termos de Confissão de Dívida. A redução dos valores decorre do recebimento das parcelas firmadas.

d) Termos de Execução Descentralizada - TED (concedidos): A redução do saldo da conta decorre de aprovação de prestação de contas apresentada no período.

5.4 Estoques de Almoxarifado:

Tabela 6 – Almoxarifado

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Materiais de Consumo	515.406,85	437.626,40
Total	515.406,85	437.626,40

5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas se referem a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Assinaturas e anuidades a apropriar	29.773,08	6.713,41
Prêmios de seguros a apropriar	67.198,42	82.819,84
Tributos pagos a apropriar	2.541,24	11.268,26
Total	99.512,74	100.801,51

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Clientes	1.671.122,73	1.773.164,56
Total	1.671.122,73	1.773.164,56

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.602.259,28	39.602.259,28
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.666.843,12	-39.666.843,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	32.794.621,51	31.303.783,02
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	63.203.458,59	23.278.589,64
Total	95.998.080,10	54.582.372,66

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: Os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na Justiça, decorrentes da interposição de recurso, relativos a ações cíveis e trabalhistas.

c) Outros Créditos e Valores a longo prazo: Trata-se de títulos a receber das Unidades Parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos. O aumento em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na tabela 9.1, decorre quase que na sua totalidade a apropriação do faturamento de venda de lotes familiares do Projeto Público de Irrigação Pontal.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores - Tabela 9

Descrição	30-jun-22
(-) Reclassificação LP p/ CP	-3.487.088,15
(-) Recebimentos	-17.616,06
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	43.429.573,16
(=) Líquido	39.924.868,95

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

Vencimento	NTN-P	
	30-jun-22	31-dez-21
2030	90.093,58	87.055,86
Total	90.093,58	87.055,86

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciaram nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.092,77
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - COMASE	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	2.489.238,50

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão.

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Para utilizar as atuais taxas de depreciação, a Codevasf leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada, é mais oneroso, tendo em vista que a empresa está presente em 16 unidades da federação.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-2021	Adições	Baixas	30-jun-22	AH%
Bens Móveis	627.382.138,43	672.581.341,45	-618.886.835,61	681.076.644,27	8,56
Total de Bens Móveis (1)	627.382.138,43	672.581.341,45	-618.886.835,61	681.076.644,27	8,56
Bens Imóveis	38.854.889,50	0,00	-12.569,54	38.842.319,96	-0,03
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>2.345.207.699,30</i>	<i>391.251.272,58</i>	<i>-12.983.461,43</i>	<i>2.723.475.510,45</i>	<i>16,13</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>126.819.181,91</i>	<i>5.127.034,25</i>	<i>-23.549,00</i>	<i>131.922.667,16</i>	<i>4,02</i>
<i>Instalações</i>	<i>260.316.553,15</i>	<i>4.766.905,95</i>	<i>-187.120,02</i>	<i>264.896.339,08</i>	<i>1,76</i>
<i>Instalações Codevasf</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>	<i>51.822,54</i>	<i>0,00</i>
<i>Instalações Projetos</i>	<i>260.264.730,61</i>	<i>4.766.905,95</i>	<i>-187.120,02</i>	<i>264.844.516,54</i>	<i>1,76</i>
Total de Bens Imóveis (2)	2.771.198.323,86	401.145.212,78	-13.206.699,99	3.159.136.836,65	14,00
Depreciação Bens Móveis	-87.566.897,39	-51.949.868,24	47.074.396,44	-92.442.369,19	5,57
Depreciação Imóveis	-23.266.215,77	-349.647,33	0,00	-23.615.863,10	1,50
Total Depreciação (3)	-110.833.113,16	-52.299.515,57	47.074.396,44	-116.058.232,29	4,71
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	3.287.747.349,13	1.021.427.038,66	-585.019.139,16	3.724.155.248,63	13,27

Até o 2º trimestre de 2022, as aquisições e baixas totalizaram R\$ 441.633.018,63, excetuada a depreciação.

Em relação a conta de Bens Imóveis em Andamento, a Codevasf iniciou os trabalhos de avaliação dos saldos no início de 2022. Após o levantamento dos valores para regularização dos registros, foi constituído pela Presidência da empresa, um grupo de trabalho em maio/2022, envolvendo as diretorias técnicas para identificação de valores e posterior reclassificação dos ativos e/ou baixa por doação. O trabalho prevê, além de possíveis alterações na escrituração dos valores, a alteração nos procedimentos operacionais, buscando a correção na rotina de acompanhamento e registros contábeis. A consolidação deste trabalho está sendo acompanhada pela auditoria interna.

NOTA 8.1 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

No segundo trimestre, algumas ocorrências provocaram divergências entre o sistema de patrimônio (SIAMP) e o saldo contábil (SIAFI), no valor total de R\$ 765.370,01, conforme tabela 13.

Tabela 13 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	30-jun-22
1	Veículos de tração mecânica - 1ªSR	58.543.793,90	58.617.007,70	-73.213,80
2	Aparelhos de Med. e Orientação - 3ª SR	102.873,97	78.873,97	24.000,00
3	Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos - 3ª SR	2.048.453,27	2.039.453,27	9.000,00
4	Maq. Utensílios Agropecuários - 4ª SR	15.017.225,75	14.766.225,74	251.000,01
5	Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos - 4ª SR	1.515.420,79	1.514.050,79	1.370,00
6	Maq. Utensílios Agropecuários - 9ª SR	15.568.372,80	15.088.372,80	480.000,00
7	Veículos de tração mecânica - 9ªSR	26.102.786,80	26.029.573,00	73.213,80
TOTAL				765.370,01

Os itens 1 e 7 se referem à transferência de bens no sistema de patrimônio (SIAMP) entre a 1ª e a 9ª Superintendência Regional sem que houvesse o referido registro contábil (SIAFI). Valor regularizado em julho/2022.

No item 4, Máquinas e Utensílios Agropecuários na 4ª Superintendência, ficou pendente a regularização contábil referente a devolução de uma retroescavadeira com defeito. Valor regularizado no mês de julho/2022.

Quanto ao item 5, ocorreu, por solicitação da área demandante da compra, o estorno da liquidação (SIAFI). Contudo, a unidade de patrimônio não efetuou a baixa do registro no sistema de patrimônio (SIAMP). Valor corrigido em agosto/2022.

Os itens 2 e 3 se referem à glosa aplicada no recebimento de materiais pela 3ª Superintendência. Foi regularizado pela liberação da glosa em julho/2022.

O item 6 se refere à aquisição de bem 9ª Superintendência que foi registrado no sistema de patrimônio (SIAMP) em junho/2022, porém só foi contabilizado (SIAFI) em julho/2022 devido a atraso na tramitação do processo. Valor regularizado em julho/2022.

Desta forma, todos os valores descritos na tabela 13 foram regularizados nos meses de julho e agosto, conciliando os saldos dos relatórios de patrimônio e registros contábeis.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 14 – Intangível

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	30-jun-22
Software com Vida Útil Definida	2.799.842,84	166.153,62	-3.596,00	2.962.400,46
Software com Vida Útil Indefinida	3.821.324,91	72.150,00	-260,00	3.893.214,91
Software em Fase de Desenvolvimento	0,00	64.708,80	-1.551,62	63.157,18
Amortização Acumulada	-1.782.036,48	-285.392,36	0,00	-2.067.428,84
Total	4.839.131,27	17.620,06	-5.407,62	4.851.343,71

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial

Salários a pagar: Folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 15 e 16, a seguir:

Tabela 15 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Salários, Remunerações e Benefícios	23.195.310,15	19.805.487,16
Entidade de Previdência	4.492.245,46	8.512.726,17
Férias a pagar	19.734.889,92	26.878.314,15
FGTS	5.179.801,88	2.150.194,92
INSS	7.414.949,58	12.264.747,27
Total Obrigações Trabalhistas	60.017.196,99	69.611.469,67

a) INSS: o saldo compõe-se da provisão do encargo, além do valor de INSS apropriado para recolhimento no mês subsequente.

Tabela 16 – Entidade de Previdência

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Entidade de Previdência Complementar	3.799.916,47	7.857.901,08
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	692.328,99	654.825,09
Total	4.492.245,46	8.512.726,17

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamto do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 17 apresenta relação com os maiores fornecedores.

Tabela 17 – Fornecedores

Seq.	Descrição	30-jun-22
1	Triama Norte Tratores Implementos Agrícolas e Máquinas.	9.261.268,80
2	CNH Industrial Brasil Ltda.	8.723.424,42
3	Eurotractor Engenharia e Comércio Ltda.	6.173.136,00
4	Deva Automotores Ltda.	5.392.107,70
5	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 3.000.000,00 e 5.000.000,00	11.308.986,74
6	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 3.000.000,00</i>	14.146.368,55
7	<i>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000,00 e R\$ 2.000.000,00</i>	10.991.708,92
8	<i>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000,00</i>	27.326.238,74
Total		93.323.239,87

Tabela 17.1 – Redução Fornecedores a Pagar

Descrição	30-jun-22	31-mar-22
Fornecedores a pagar	93.323.239,87	104.992.887,93
Total	93.323.239,87	104.992.887,93

NOTA 12 – Demais Obrigações

Registra os valores a pagar não inclusos nas rubricas anteriores.

As tabelas 18 a 19 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 3.280.566.796,50. O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

Tabela 18 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Transferências Discricionárias a Pagar	119.122.579,89	116.815.174,51
Diárias a pagar	55.191,93	53.251,19
Incentivos a Educação, Cultura e outros	0,00	27.050,00
Saque - Cartão de Pagamento do Governo Federal	66.968,88	0,00
Indenizações, Restituições e Compensações	9.309,46	14.904,00
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.147.212.068,15	2.931.190.074,78
Taxa pela prestação de serviços	24,94	0,00
Total	3.266.466.143,25	3.048.100.454,48

a) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres). Trata-se de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

b) Saque – Cartão de Pagamentos do Governo Federal: Refere-se aos valores do cartão de pagamento do Governo Federal disponível para pequenas despesas (Suprimento de Fundos), aguardando prestação de contas por parte dos supridos.

c) Termos de Execução Descentralizada – TED: São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão recebedor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, e sim, a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R\$ 1,6 bilhões. Aguarda análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir consideravelmente os valores dessa rubrica.

d) Valores Restituíveis: Compreende valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 19 – Valores Restituíveis

Descrição	30-jun-22	31-dez-21
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.259.510,81	3.210.492,71
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	1.658,10	0,00
Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	185.986,18	0,00
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	4.751.500,05	3.010.823,30
ISS	806.281,21	557.536,18
Pensão Alimentícia	227.818,08	238.710,98
Retenções	4.660.078,09	4.608.616,42
Depósitos Retidos de Fornecedores	16.037,29	0,00
Outros Consignatários	16.703,82	11.182,84
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	143.561,09	143.561,09
Depósitos de Terceiros	31.518,53	31.518,53
Total	14.100.653,25	11.812.442,05

e) Retenções e Outros Consignatários: trata de valores retidos da folha de pagamento de pessoal, referentes a empréstimos consignados dos empregados, e retenções incidentes sobre folha e

rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação, vale-transporte.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 51 parcelas.

13.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativa ao PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita Federal do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – com processo sob nº 10166.014511/96-95 PIS/PASEP, estando a inscrição com exigibilidade de crédito suspensa.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das Provisões para Contingência Passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf, constante do processo 59500.002811/2013-80. Os riscos cuja materialização seja provável de se realizar são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Tabela 20 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-21	Adições	Baixas	30-jun-22
Trabalhista	1.430.099,52	3.330.397,74	0,00	4.760.497,26
Cíveis	103.509.838,80	50.002.406,83	0,00	153.512.245,63
Tributárias	0,00	133.167,91	0,00	133.167,91
Total Riscos Prováveis	104.939.938,32	53.465.972,48	0,00	158.405.910,80
Trabalhista	33.854.801,60	0,00	28.323.582,08	5.531.219,52
Cíveis	245.553.703,26	83.750.327,34	-44.364.289,69	284.939.740,91
Tributárias	3.203.817,59	18.546.448,86	-481.478,66	21.268.787,79
Total Riscos Possíveis	282.612.322,45	102.296.776,20	-16.522.186,27	311.739.748,22

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: O Capital Social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 4.294.750.463,70, representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal (*).

(*) Ações nominativas, sem valor nominal: Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

O aumento do Capital Social com recursos recebidos no exercício de 2020 e 2021 a título de AFAC ocorreu após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – A.G.O da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional –PGFN, realizada em 13 de abril de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 21 – Capitalização AFAC 2022

Capital Social Integralizado 2020	3.567.791.632,84
(+) Saldo Residual Correção Selic – AFAC 2015	101.661,07
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2020	312.842.828,29
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2021	414.014.341,50
(=) Capital Social 2º Trim-2022	4.294.750.463,70

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Até o 2º trimestre de 2022 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 576.803.933,58.

14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 987,84 em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

14.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 22 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2021	-3.917.041.602,54
(+) Prejuízo do Exercício 2022	-390.809.864,32
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2022	-1.327.025,82
(+) Reversão de Reavaliação 2022	987,84
(=) Prejuízos Acumulados 2º Trimestre de 2022	-4.309.177.504,84

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2022 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'Água K1 e Titulação de Terras.

Tabela 23 – Receita Líquida

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Receita Bruta	55.613.099,59	8.156.038,71
(-) Deduções	-3.410.135,43	-2.424.004,07
Total	52.202.964,16	5.732.034,64

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o exercício anterior, observa-se aumento em torno de 6,6%.

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 24 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	223.172.810,13	130.310.388,91
Ajuste para Perdas em Clientes	7.203.526,91	5.201.587,71
Desincorporação de Ativos	22.025.283,04	852.972,68
Incentivos à Cultura (vale cultura)	140.500,00	169.400,00
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	3.330.397,74	950.362,35
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	133.167,91	0,00
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	50.002.406,83	16.928.320,00
Restituições	60.488,14	32.354,50
Indenizações	978,03	0,00
Total	306.069.558,73	154.445.386,15

A incremento do saldo de Outras Despesas foi influenciado pelas Transferências Voluntárias (Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar e Transferências Discricionárias a Pagar) e Provisões de Riscos (trabalhistas, tributários e cíveis).

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 25 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Transferências Voluntárias	0,00	57.423,12
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	11.659.045,39	0,00
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	23.020,18	1.179.270,07
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	104.075.395,14	25.677.404,52
Dividendos	876.071,88	608,60
Reversão de Provisões	0,00	34.422.364,67
Reversão Ajuste para Perdas	5.001.041,57	4.894.341,66
Outras	719.533,75	554.555,26
Total	122.354.107,91	66.785.967,90

Destaque para Ganhos com Desincorporação de Passivo, onde houve a análise e registro das prestações de contas apresentadas pela Codevasf dos TED's, no montante de R\$ 101,4 milhões, junto às Secretária Nacional de Defesa Civil – SEDEC (Ministério do Desenvolvimento Regional), Secretaria Nacional de Mobilidade, Desenvolvimento Regional e Urbano – SNMDRU (Ministério do Desenvolvimento Regional) e a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

NOTA 19 – Despesas/Receitas Financeiras**19.1 Despesas Financeiras**

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 26 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Encargos Financeiros Dedutíveis	2.917.092,23	2.752.053,31
Outras Despesas Financeiras	448.077,89	87.444,25
Total	3.365.170,12	2.839.497,56

a) Encargos Financeiros Dedutíveis: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Outras Despesas Financeiras: encargos financeiros incidentes sobre contratos e serviços, tais como energia elétrica dos perímetros de irrigação.

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas.

Do valor demonstrado, R\$ 2.289.896,99 referem-se rendimentos de aplicação financeira por meio da Conta Única do Tesouro e R\$ 80.228,29 as demais receitas financeiras.

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas**20.1 Subvenções de Custeio**

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

Tabela 27 – Transferências Financeiras

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Subvenção de Custeio	482.429.109,99	416.728.928,13
Total	482.429.109,99	416.728.928,13

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representa os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da Alienação/Doação de bens.

Tabela 28 – Grupo de Ganhos/Perdas de Capital

Descrição	30-jun-22	30-jun-21
Custos dos Bens Baixados	-346.241.056,84	-123.177.331,37
Total	-346.241.056,84	-123.177.331,37

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício destaque para o aumento de Capital ocorrido em abril/2022 (nota 14.1) e os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

NOTA 22 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

I – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: São basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Outros débitos (riscos fiscais) – Nota 13.3 – e Provisão para 13º Salário, Férias e Encargos: Por se tratar de provisão, não afeta diretamente o Caixa da Empresa.

b) Depreciação e amortização: O aumento decorre das aquisições de máquinas e equipamentos para as ações no âmbito da Codevasf.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, de 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 2º trim/2022, a Empresa repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 10.862.315,96. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R\$ 4.538.739,76.

NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar, de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento.

No 2º trimestre de 2022, o repasse a título de contribuições mensais efetuadas para a FSFSS foi de R\$ 3.871.462,94 da participação dos empregados e de R\$ 4.937.101,62 da participação da Codevasf. Em relação ao saldamento, o valor repassado à Fundação foi de R\$ 2.063.689,74, cujo saldo devedor, ao final do respectivo período, é de R\$ 34.950.735,17, restando 57 parcelas.

NOTA 26 – Informes Complementares

Os Relatórios de Auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) associados a atividades da Codevasf têm por fundamento ações formais de auditoria daquele órgão. No âmbito dessas ações, a Codevasf mantém interlocução institucional com a CGU, pelas vias oficiais, para manifestação sobre os temas objeto de avaliação e para eventual encaminhamento interno das recomendações do órgão — os próprios relatórios, públicos e disponíveis para consulta no site da CGU, registram manifestações da Companhia. As notícias veiculadas pela imprensa abordam, portanto, assuntos que são objeto de processos formais de controle e avaliação. Com esse contexto, essas notícias não seriam motivadoras de novas ações de controle interno; elas são, na verdade, registro jornalístico de ações de controle externo já realizadas, cujos desdobramentos formais foram concluídos ou eventualmente encontram-se em andamento. Notícias relacionadas a decisões do Tribunal de Contas da União (TCU) surgem em contextos semelhantes, tendo por base processos formais de controle e fiscalização.

Em atenção à Operação da Polícia Federal deflagrada na 8ª Superintendência Regional, em São Luiz-MA, as ações de busca e apreensão foram motivadas por convênios firmados entre municípios do Estado do Maranhão e a empresa Construservice C Empreendimentos Ltda, e não são de responsabilidade da Codevasf. A Presidência desta empresa solicitou à Auditoria Interna a verificação dos convênios firmados pela 8ª Superintendência Regional, como medida proativa no controle de procedimentos internos.

Até a data de levantamento das Demonstrações Financeiras intermediárias do 2º trimestre de 2022 não foram apresentadas conclusões das análises e verificações que ensejassem registros contábeis.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF: 008.261.025-81

RODRIGO MOURA PARENTES SAMPAIO
Diretor da Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas
CPF: 013.967.853-02

ANTÔNIO ROSENDO NETO JÚNIOR
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e
Infraestrutura
CPF: 250.692.763-87

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO
Diretor da Área de Gestão dos Empreendimentos de
Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA
Contadora CRC-DF 20.004/O-6
CPF: 954.848.091-34